24 áreas de risco

Mariana Branco

Mais de 17 mil habitantes do DF estão sob risco de contaminação por lixo urbano e industrial armazenado de forma inadequada. A denúncia é da Procuradoria Regional da República – 1ª Região, responsável, no Ministério Público, por assuntos do Distrito Federal e de mais 13 unidades da Federação. Com base em levantamento do Ministério da Saúde, o procurador regional da República Alexandre Camanho pediu, nesta quarta-feira, que a Polícia Federal abra inquérito contra o DF e contra os 13 estados sob jurisdição da Procuradoria, por suspeita de danos ao meio ambiente e à população. Em Brasília e região, 24 localidades foram citadas como oferecendo risco de contaminação.

Entre elas, estão as proximidades de empresas como a Onogás, Nacional Gás Butano e Global Combustíveis, todas no Setor de Inflamáveis Sul e Setor de Inflamáveis Norte, classificadas como áreas com destinação inadequada de resíduos industriais. Também foram citadas a usina de compostagem e a usina de incineração de lixo que ficam no Setor P Sul de Ceilândia, onde é depositado e queimado o lixo urbano do DF.

Outros locais que constam no relatório do Ministério da Saúde e na denúncia do procurador regional são o lixão da Estrutural, na BR–095; o lixão da via L4 Sul; uma área de estocagem de inseticidas na DF–128, perto de Planaltina (DF); e o posto de gasolina Brazuca, na BR– 020. A população estimada vivendo nas proximidades desses lugares é de 17,1 mil pessoas.

"As empresas particulares responsáveis por essas localidades e as autoridades do Distrito Federal podem sofrer ações civis, penais e interdição, dependendo dos resultados da investigação da Polícia Federal", afirmou Alexandre Camanho, que diz que, mesmo em se tratando de áreas privadas, as autoridades são co-responsáveis por terem se descuidado da fiscalização.

Investigação

Os estados onde o procurador Alexandre Camanho solicitou investigação são Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins, tudo isso com base no relatório do Ministério da Saúde sobre contaminação.

Em Goiás, já há alguns meses, a Agência Ambiental do Estado (Agma) luta para regularizar a situação da destinação do lixo nas cidades do Entorno. Havia sido estabelecido prazo final para os municípios procurarem a Agma para assinar acordo e discutir soluções, mas apenas metade das 18 cidades intimadas fizeram isso. As outras nove devem receber advertência e multas a partir de hoje. Apesar disso, nenhum município do Entorno foi citado no levantamento entregue à Procuradoria Regional da República pelo Ministério da Saúde.

"O motivo provável é que o levantamento do Ministério foi feito por amostragem. Foram escolhidas cidades aleatoriamente. Mas a população do Entorno pode fazer uma denúncia junto à Procuradoria, e entramos com ação contra os municípios", esclareceu o procurador regional da República.

Procurada para falar sobre os possíveis problemas de contaminação por lixo industrial e lixo urbano, a Belacap, responsável pela limpeza urbana no DF, afirmou duvidar que haja irregularidades. "Está tudo em ordem. Podem vir e investigar", afirmou Ildeu de Oliveira, diretor-geral do órgão. Segundo ele, a usina de incineração de Ceilândia está funcionando de forma totalmente regular, e a transferência do lixão da Estrutural para um aterro em Samambaia, aprovado pelas autoridades ambientais, está em curso e dentro do prazo.

CEDOC/RICARDO MARQUES/18.06.2004

SEGUNDO A BELACAP, A TRANSFERÊNCIA DO LIXÃO DA ESTRUTURAL PARA UM ATERRO EM SAMAMBAIA ESTÁ EM CURSO E DENTRO DO PRAZO